

EMENDA Nº _____
(à MPV 954/2020)

Acrescente-se art. 4º-A à Medida Provisória, com a seguinte redação:

“**Art. 4º-A** Ato de Autoridade competente disporá sobre o procedimento para a realização das entrevistas e coleta de dados dos pesquisados.

Parágrafo único. O procedimento de coleta de dados deverá levar em conta a segurança dos titulares de dados e o combate à fraude de eventuais contatos realizados em nome da Fundação IBGE, podendo adotar medidas como:

- I – adoção de meio de comunicação unificado em todo o país;
- II – ampla divulgação acerca do meio de comunicação oficial do IBGE e de quais informações pessoais serão requisitadas para a realização da PNAD.”

JUSTIFICAÇÃO

São diversos os exemplos de golpes realizados para extrair informações dos consumidores. Com base em vazamento de dados, consumidores recebem ligações para pagar boletos falsos, para duplicar o Whatsapp ou adquirirem empréstimos consignados ligados ao benefício do INSS.

Considerando esse contexto, é muito provável que a realização remota da PNAD seja utilizada como meio de fraude para extração de informações pessoais dos brasileiros, com potenciais criminosos se passando pela Fundação IBGE.

Assim, é essencial que a Fundação IBGE adote as medidas necessárias para prevenir os prováveis danos aos brasileiros, em decorrência da realização remota da pesquisa e em preservação ao nome e confiança da Fundação. Portanto, é fundamental a adoção padronizada e unificada dos procedimentos para realização da coleta de dados da PNAD, com sua devida publicização.

Por estas razões, solicito apoio para a aprovação desta emenda.

Congresso Nacional, 22 de abril de 2020.

Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)



SF/20429.67835-07 (LexEdit)